

ATA DA 084ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiadini - Carlos Stüpp - Ciro Roza - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu venho usar este tempo para tecer alguns comentários a respeito da nossa campanha presidencial.

O Brasil está vivendo um momento novo com relação às eleições. O recado das urnas de junho do ano passado ainda reverbera e parece que vai chegar na ponta do dedo do eleitor nesta eleição. Os governos plantonistas que pensavam que com aquela ação de *marketing* pós *hashtag* estava tudo

resolvido, que jogaram para lá, jogaram cá, começaram a falar em nova Constituição, reforma política. E manda para lá e manda para cá, acabou em nada e agora estão preocupados com o fenômeno Marina Silva.

Eu estava lendo, há pouco, no jornal, que a Marina já despontou com oito ou nove pontos na frente da candidata Dilma Rousseff, no Rio de Janeiro, e também já abriu a maior margem em São Paulo, abrindo quase 14 pontos.

E o que vejo? Vejo que o Partido dos Trabalhadores que vinha sempre, deputado Ismael dos Santos, naquele negócio de que o PSDB queria fazer a campanha do medo, colocar medo nas pessoas, a campanha do medo, como foi falado na campanha do Lula, da presidente Dilma, agora, esse mesmo PT está com a campanha do medo, querendo colocar medo na população em relação ao furacão Marina Silva. Estão querendo dizer: "Façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço". Estão dizendo assim: "Nós não queremos que os outros façam a campanha do medo, mas agora estamos com medo, então vamos fazer a campanha do medo".

Mas fora isso, entendo que é um efeito natural do processo. Por quê? Porque a candidata Marina Silva incorporou, deputado Ismael dos Santos, a roupa que as pessoas traçaram, desenharam, para o próximo presidente, a qual não estava cabendo na presidente Dilma e que o candidato Aécio Neves não conseguiu vestir, porque não coube nele pela opinião pública. Mas agora a Marina Silva coloca.

É como aquela história de quando se vai a uma loja, coloca-se uma roupa e o vendedor diz: "Olha serviu, ficou boa, parece que foi feita para você." Agora entendo que a roupa desenhada, costurada pelas pessoas, tem a possibilidade de servir na Marina.

Quero fazer um registro especial, deputado Sandro Silva, do que ontem eu vi.

Fiquei muito frustrado como eleitor, agente político, como membro da imprensa, de não ver a presidente Dilma Rousseff ir à emissora Globo dar explicações e respostas, igual a todos os outros candidatos que estão indo falar e responder. E ela

não é um candidato qualquer, é a presidente da República, a qual está querendo buscar mais quatro anos, está querendo autorização do povo brasileiro. Mas simplesmente não foi ao Jornal Nacional, da Globo. Não sei por que não foi. Não sei por que estão escondendo os dados que saíram há poucos dias, os dados do Ministério da Educação.

O que está acontecendo que a presidente Dilma. Será que está correndo de falar, de responder? A presidente Dilma Rousseff está preocupada. O que vemos nos jornais é que existe uma preocupação grande do Palácio do Planalto. Mas o que está acontecendo? Por que uma presidente da República se recusa a ir responder perguntas de uma rede de televisão que está fazendo, dando espaço e criando a cidadania para todos os outros candidatos? Todos os outros candidatos foram lá responder, mas a presidente Dilma Rousseff não foi. Deixou o Brasil sem resposta.

Quero parabenizar a linha editorial do Jornal Nacional, da Globo, que colocou as perguntas que fariam para a presidente Dilma Rousseff, porque o Brasil ficou sem resposta.

O ex-presidente Lula prometeu erradicar o analfabetismo no país. Mas mesmo com os quase quatro anos do governo Dilma o analfabetismo, depois de muito tempo, cresceu no país. Qual é o problema de dizer isso? Qual é o problema de falar do "pibinho"? Qual é o problema de falar?

Então, vejo que isso é uma marca ruim do processo eleitoral, construído pela imprensa de quando uma presidente da República que quer mais quatro anos não vai a um canal de televisão, onde 95% das cidades brasileiras são cobertas por esse canal, para responder às perguntas que o Brasil quer saber.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes. Ainda não sabemos o resultado das urnas, o que a população vai dizer. Mas sentimos que a preocupação da

população é com repostas a problemas que o país enfrenta, como: combate à corrupção, à criminalidade, obras públicas com essa morosidade, obras paradas, desperdício com o dinheiro público.

Então, o que estamos vendo, sentimos e vivemos é uma angústia com referência a isso. Vemos que as pessoas querem dar a oportunidade aos governantes, àqueles que assumem um posto, a fazer essas mudanças, mas o tempo passa, e a população vai sentindo que as coisas não acontecem. Portanto, o descrédito é o sentimento que a população e nós estamos demonstrando.

Estamos vendo a questão das rodovias. Pode um estado como o nosso estar com sua ligação, por exemplo, com o resto do Brasil e principalmente com o Rio Grande do Sul quase que totalmente interrompido? A ponte de Iraí, na BR-158, do Rio Grande do Sul a Santa Catarina e vice-versa, precisou um cidadão ir lá, filmar aquela ponte, eis que quando os veículos passavam tinha uma movimentação muito perigosa, para daí o DNIT ir lá interditar e dizer que talvez daqui a seis meses ou um ano vai resolver aquele problema, quando a ligação pela BR-153 também está quase totalmente paralisada com o Rio Grande do Sul.

Quanto à quarta pista no Morro dos Cavalos, faz dez anos que estamos discutindo, com 25 índios que vieram do Paraguai, se podemos fazer aquela ligação. Que país é este?

Então, vejo que isso é indignação do povo brasileiro. É indignação dos catarinenses. Precisa ver a revolta no oeste catarinense, o problema com as transportadoras, com os hotéis e restaurantes ao longo da via. Imagine uma via na qual passavam milhares de carros por dia hoje estar totalmente interdita.

A indignação é com a falta de respostas. Ou os políticos mudam essa situação ou a população muda os políticos. Portanto, estão buscando alternativas que não sei se é o melhor, mas a população quer outra alternativa, alguém que dê respostas.

Portanto, é compreensível o nosso sentimento como cidadão, o sentimento do povo brasileiro em

razão da falta de respostas, em razão da burocracia, da morosidade, da criminalidade, enfim, de tudo que acontece neste país.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Eu estava pensando, deputado Sandro Silva, que somos novos ainda na democracia do país. Nós começamos há pouco, deputado José Milton Scheffer, a votar em presidente. Nós temos 30 e poucos anos de democracia no país. Não temos nem 40 anos.

Se observarmos, estamos em dois modelos ultimamente, pós-Collor veio o modelo PSDB e o modelo do Partido dos Trabalhadores. E o que eu vejo agora é que o eleitor está procurando uma terceira via ou um terceiro modelo.

Ora, venho de x anos de PSDB, depois, entrou o PT, melhorou, mas agora começou a piorar. Não quero voltar lá para onde já estava, então, vou dar o novo modelo.

O eleitor tem essa mobilidade e esse direito de escolher. O que não pode agora são os plantonistas do poder, quem está no plantão do poder, deputado Carlos Stüpp, querer fazer o jogo do medo, o jogo de tudo pelo poder.

Eu vi, deputado José Milton Scheffer, que a presidente Dilma Rousseff mandou tirar da gaveta, deputado Ismael dos Santos, a lei das igrejas. Tirou da gaveta a lei das igrejas para tentar estancar o crescimento da Marina, porque a Marina é da igreja. Então, vamos lá. O que eu vejo lá no Planalto? Uma turma que não está preocupada com o governo. Está preocupada somente com o poder. E vocês que estão nos assistindo, não percam, porque com certeza, na hora em que os nobres colegas do PT virem a ocupar esta tribuna aqui, vocês verão o desespero. Estou vendo ali o deputado Jailson Lima louco para falar e até quero ouvi-lo, porque é bonito de ver.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero cumprimentar o deputado Padre Pedro Baldissera que preside esta sessão, os nossos colegas deputados e deputadas.

Na última semana, aqui, em Florianópolis, aconteceu 34º Congresso Estadual dos Hospitais Filantrópicos e da Santa Casa. E tive o prazer de conversar com os dirigentes dos hospitais comunitários, filantrópicos, de Santa Catarina.

São 180 hospitais pequenos no nosso estado. Lá no oeste tem uma série desses hospitais, aqui no sul também, mantidos pela filantropia, pelo trabalho comunitário da sociedade e muitas vezes, num raio de 50 a 80 km, sendo a única porta que a população tem para correr num momento de urgência ou emergência.

Baseado nisso, há algum tempo, foi criado o projeto Saúde+10. E aqui em Santa Catarina, junto com diversas instituições, coletou-se mais de 180 mil assinaturas. Em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná foram cerca de dois milhões de assinaturas que deram origem a um projeto de iniciativa popular, n. 321/2013, já protocolado naquele ano na Câmara dos Deputados, na comissão de Legislação Participativa. Atualmente, esse projeto se encontra na comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, mas está andando com muita morosidade, justamente em um momento em que a população de Santa Catarina e do Brasil precisa de mais recursos para a saúde.

A Câmara dos Deputados trabalha num ritmo muito lento, porque não há interesse governamental em colocar mais dinheiro na saúde. Nos últimos anos o governo federal colocou apenas 4% do seu orçamento em saúde. E esse projeto prevê que sejam aplicados 10% dos recursos, oriundos dos impostos que nós todos pagamos, na saúde pública do Brasil.

Está escrito na Constituição de 1988 que os municípios gastariam 15%; hoje, a maioria deles na média, segundo a Fecam, está gastando 23%; o estado gastaria 12%, também gastando um pouco mais. E o governo federal não fez a sua parte.

Então, a população se uniu, criou um projeto de iniciativa popular, colocou na Câmara dos Deputados, mas esse projeto está andando num ritmo muito lento.

É indispensável, se quisermos melhorar a qualidade, o atendimento da saúde, ter mais recursos. O SUS é um sistema completo, é uma lei muito evoluída, mas é como se fosse um carro de luxo que não tem gasolina para andar. Talvez um carro Fiat Uno, bem preparado, com tanque cheio de gasolina, fosse mais longe. E isso tem causado um atraso no atendimento.

Tenho contato com pessoas com diagnóstico de câncer e outros problemas de saúde, esperando dez meses para serem atendidas. Eu tenho contato com pessoas que estão esperando três anos, na fila do SUS, em Santa Catarina, para serem atendidas. Algo está errado. É obvio que precisamos de mais recursos. E o que falta é financiamento, prioridade por parte do Ministério da Saúde, eis que os nossos pequenos hospitais vivem de pires na mão, pedindo emendas, fazendo bingos, rifas, para poderem manter aquilo que na Constituição é obrigação do poder público.

Por isso, estamos juntos com a Federação de Hospitais de Santa Catarina, lançando um manifesto pela urgência na votação do Projeto n. 321/2013, de iniciativa popular. Coletamos durante o 34º Congresso Estadual dos Hospitais Filantrópicos, ocorrido na última semana, em Santa Catarina, a assinatura de diversos líderes de hospitais de nosso estado e de outros estados do Brasil, pedindo urgência na votação desse projeto.

Quero aproveitar este momento, em que todos nós estamos visitando as cidades, as instituições, para nos comprometer com a nossa bancada federal, que na próxima segunda-feira vai estar reunida através da coordenação do deputado Esperidião Amin, em Criciúma, com os hospitais, para que a nossa bancada federal de Santa Catarina também incorpore essa prioridade, primeiro, em respeito a mais de dois milhões de brasileiros que pedem esse projeto e, depois, em respeito aos quase 200

milhões de brasileiros que aguardam por um atendimento digno, de qualidade, na saúde pública.

Não se faz saúde sem financiamento. E a tabela do SUS há mais de 20 anos não é reajustada. Hoje, um exame de sangue, se um de nós precisar fazer pelo SUS, o hospital vai receber R\$ 2,00, que é o preço de uma garrafa de 500 ml de água mineral. E na realidade esse exame custa R\$ 20,00. Quem está arcando com essa diferença? Os hospitais, os quais estão financiando aquilo que era para ser financiado pelo poder público.

Por isso, esse manifesto feito pela Frente Parlamentar em Defesa da Saúde de Santa Catarina, com o apoio da Federação dos Hospitais de Santa Catarina e Associação dos Hospitais de Santa Catarina, que também tem o aval de mais quatro estados brasileiros, que pedem a urgência na votação do Projeto de Lei n. 321/2013, que obriga o governo federal a colocar 10% dos seus impostos na saúde.

Isso é priorizar a saúde, o resto é proposta, é discurso para enganar a população, porque sem dinheiro não se faz saúde pública e gratuita para os nossos brasileiros. O momento é este, debatermos na campanha eleitoral quem prioriza e quem não prioriza a saúde ou apenas faz discurso. Quem prioriza vota a favor desse projeto de lei que obriga o governo federal a gastar 10% das suas receitas na saúde dos brasileiros.

Agradeço o espaço, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, e cumprimento todos os nossos pares e também a audiência da TVAL.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença do Sadi Vanderlei Bernardo, do Fernando Carvalho de Souza, do Clóvis Comonelo, vereadores da cidade de

Saltinho, grandes amigos que estão fazendo encaminhamentos junto ao governo do estado.

Agradeço as suas presenças na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Está feito o registro, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dando continuidade ao horário destinado aos Partidos Políticos, feita uma troca com o PMDB, neste momento usará a tribuna o PT.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, companheiros presentes nesta Casa, telespectadores da TVAL. E vamos fazer o bom debate sentando com o deputado Kennedy Nunes, como o deputado José Milton Scheffer já o fez.

Na realidade a boa aplicação dos recursos públicos, como estava na tribuna debatendo com relação à saúde no estado de Santa Catarina, para resolver o problema dos pequenos hospitais, nós fizemos uma série de reuniões com a própria associação...

É só reduzir o orçamento da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público. E no ano passado já teria sobrado R\$ 329 milhões, deputado Dirceu Dresch. Iríamos fazer uma revolução, porque se gasta demais nessas quatro Casas.

Então, basta esta Casa aprovar o projeto de lei que está tramitando, inclusive o PP não assinou a CPI do Ministério Público, e poderia estar assinando, para investigar salários e ver os excessos que existem e que podem ser aplicados na saúde também.

Quero me resguardar a algumas palavras pronunciadas pelo deputado Maurício Eskudlark e pelo deputado Kennedy Nunes.

Já se falou em combate à corrupção, obras paradas, que as coisas não acontecem, também a questão das rodovias.

Nunca se combateu tanto a corrupção como neste governo. No período do FHC, o combate à corrupção, as investigações da Polícia Federal, não tinham

nem combustível nos últimos três meses antes do presidente Lula assumir. E hoje são mais de 1.500 operações por mês de combate à corrupção e de levantamentos.

Deputado Kennedy Nunes, o nosso governo não tem nenhum problema de medo com a Marina, muito pelo contrário, nós temos é responsabilidade pública de continuarmos com o governo que permitiu e continua permitindo o avanço da população brasileira e do Brasil enquanto nação.

Quero só relembrar alguns dados, com toda a história que tem a candidata Marina, uma história belíssima, do ponto de vista da sua vida política e pessoal, do seu combate, da sua história de seringueiros. Mas neste país temos que ter mais responsabilidade, porque temos que lembrar que quando o presidente Lula assumiu este país era a décima terceira economia e hoje é a sétima economia. Falava-se que se o salário mínimo chegasse a 100 dólares este país iria parar, iria gerar desemprego.

No entanto, o governo Fernando Henrique Cardoso entregou o governo com 86 dólares e hoje está em 329 dólares o salário mínimo. E a população deste globo terrestre teve a maior evolução econômica, do ponto de vista de renda do trabalhador, em um período de dez anos. E nenhum outro país do mundo teve essa evolução.

Nós temos que lembrar, deputado Maurício Eskudlark, que só para este estado vieram R\$ 11 bilhões, para o governador Raimundo Colombo. Mas o governador e seus deputados sequer ousam dizer de onde vem esse dinheiro, agora, no período de campanha. Ninguém coloca a responsabilidade de quem repassa esse dinheiro.

Estão falando isso, porque o Partido dos Trabalhadores mostrou efetivamente que veio para mudar. Qual era a dívida pública deste país quando assumiu o presidente Lula? Todo mês, toda semana era risco Brasil, risco Brasil. E todo mundo se desesperava. O risco Brasil era quase 1.500 mil pontos; hoje, está em 220 pontos, e ninguém mais fala de risco Brasil, deputada Luciane Carminatti.

Então, deputado Kennedy Nunes, a nossa preocupação existe com relação a alguém que defende um Banco Central com autonomia, porque os banqueiros que reclamam hoje de intervenções... A população brasileira teve distribuição de renda com mais de 20 milhões que saíram da linha de miséria absoluta, vereador Nazareno Correa, da cidade de Capivari, que está presente nesta sessão. Este Brasil resolveu com o nosso governo, além de distribuir renda, fazer com que a população tivesse acesso a uma série de condições que antes não tinha.

Nós saímos de 22 milhões de passagens aéreas para 100 milhões de passagens aéreas no ano passado. Inclusive um empresário reclamou que o aeroporto virou rodoviária. Mas por que o povo não pode ter acesso aos aeroportos? Aeroporto era só para quem tinha dinheiro? E quando se fala que as estradas têm excesso de veículos é porque o trabalhador conseguiu comprar um veículo? Porque saímos de uma produção de 1.7 mil veículos para quase 3.8 mil veículos por ano. Logicamente o povo não tinha o acesso que hoje passa a ter.

Quando se fala em corrupção, deputado Maurício Eskudlark, e tenta-se colocar isso na Petrobras, mas a Petrobras, quando assumimos, valia 15 bilhões de dólares e hoje vale 115 bilhões de dólares. É essa a diferença. A Petrobras, além de servir como empresa pública, estava sendo privatizada com o nome de Petrobax. Deputado Ismael dos Santos, até nome já tinham dado. E já estava com ações na Bolsa de Nova York para isso.

Estou colocando tudo isso, porque os programas e os avanços são tantos que não vamos nem comparar.

O governo Fernando Henrique Cardoso entregou o país com uma inflação média de 9,6% ao ano. Essa foi à inflação média dos oito anos. E temos mantido a taxa média de inflação, até o ano passado, de 5.8%, sempre abaixo das metas de inflação estabelecidas pelo governo.

São muitos os programas que permitiram que esse povo tivesse o acesso que nunca teve. São 6.500% em educação infantil. Eu sou médico e falo

do Programa Mais Médicos com muito orgulho. Inclusive agora estão botando nas redes sociais: "Cuidem-se, porque a presidente Dilma quer trazer 40 mil especialistas."

Tenho orgulho do programa, sim, porque primeiro que não havia 14 mil médicos para atender ao Programa Mais Médicos. Hoje há médicos em Guaramirim, em Presidente Nereu, em Lontras, em muitos municípios. E agora estão faltando especialistas no país. Na reumatologia, que é uma especialidade que faço, contamos nos dedos quantos temos, assim como neurologistas, ortopedistas ou cirurgias cardíacas.

Quem sabe param com a história de ter que comprar número no SUS. Inclusive prenderam um funcionário desta Casa, ontem, que tinha uma estrutura montada para furar fila do SUS, mandando para Curitiba, para o Hospital Angelina Caron. Quer dizer, por que mandar para o Paraná, se o nosso estado recebe recursos para isso? Temos o hospital Regional, que está na propaganda eleitoral. Esse hospital está com a UTI faltando pessoal, mas está prestação de serviços.

É esse o debate que temos que fazer. Isso não é temer, porque o PT não tem medo do seu governo. Nós o defendemos com orgulho, com bandeira, com inclusão social, com educação, com Mais Médicos que atende a 50 milhões de brasileiros hoje e não desempregou nenhum médico. Porque o Mais Médicos, inclusive, passou a necessitar de mais especialistas pelos diagnósticos precoces que estão sendo feitos. E esta semana foi feito um diagnóstico de leucemia de um paciente de Frei Rogério, por um médico Cubano, inclusive o paciente já tinha ido a vários médicos e nada havia sido diagnosticado.

Então, não temos medo de fazer esse debate, deputado Kennedy Nunes, muito menos com a Marina, que é uma grande companheira egressa do Partido dos Trabalhadores.

Agora, um Banco Central autônomo significa um banco de controle de um país para os banqueiros. E quando o Santander diz que a Dilma representava risco, qual foi o país do mundo que o Santander

mais teve lucro nos últimos seis anos, deputado Nilson Gonçalves? Foi o Brasil! Não foi nenhum país europeu, não foi na Espanha, onde é a origem desse banco.

Quando se fala que temos que controlar a demanda e a inflação com controle de demanda só há uma forma: aumentar a taxa de juros e reduzir o poder aquisitivo da população brasileira. Não há outra engenharia. E cabe a um governo sério, responsável, fazer das suas instituições públicas estrutura de fomento da economia brasileira para a geração de emprego e renda, papel que passaram a ter a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

Deputado Kennedy Nunes, como v.exa. acha que o Brasil, com sua dimensão, saiu de 68 milhões de toneladas de grãos para 188 milhões, em dez anos? Esse investimento foi fruto só da boa vontade do agronegócio brasileiro ou teve fomento do governo para essa produção?

Quando o Lula assumiu o Brasil tinha R\$ 2 bilhões para a agricultura familiar e hoje são R\$ 26 bilhões. Santa Catarina recebeu este ano o que o Brasil tinha para agricultura familiar há dez anos. Essas são diferenças que falo, logicamente, sem nenhum temor.

Este país não teria o Programa Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos, com certo fundamentalismo, do ponto de vista ambiental, sem perder a sustentabilidade e sem perder a ternura, se não tivéssemos um governo com uma visão macro, uma visão para frente, do país que queremos que seja respeitado como é internacionalmente, com um governo que faz políticas públicas para a sociedade brasileira como um todo e não apenas para a elite ou para meia dúzia, como era antes.

Por isso, deputado Kennedy Nunes, é sempre com muita tranquilidade que fazemos esse bom debate com v.exa., nesta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos pertencem ao PMDB.

Na ausência de oradores PMDB, passaremos ao horário do PSDB.

(Pausa)

Na ausência de oradores do PSDB, passaremos ao horário do DEM.

Na ausência de oradores do DEM, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0128/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, e 0183/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, e que os mesmos terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

Comunica, igualmente, que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário, e que será arquivado, ao Ofício n. 0234/2014.

Comunica ainda que a comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0386/2014, 0397/2014, 0507/2014, 0533/2014 e 0590/2014.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0218/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0245/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0442/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 409, de autoria da deputada Angela Albino; 410, 411, 412, 413 e 414, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 736 e 737, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 738, de autoria do deputado Ciro Roza; 739, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 740, 741, de autoria da deputada Angela Albino.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. Deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu queria, rapidamente, como mulher e como militante de esquerda, abraçar fraternalmente a Derlei, que viveu um dos momentos mais fortes na vida de um ser humano.

Esta semana, em depoimento à comissão Nacional da Verdade, Derlei ficou frente a frente com um dos seus torturadores. E uma das menções que ela fez foi de que era tanta palmatória que de noite não tinha condições de comer de tanto pus que saía das feridas que ficavam na sua mão.

Uma colega nossa de Parlamento e uma grande mulher que não desistiu da luta pela democracia, uma grande mulher que enfrentou esta semana um momento muito difícil, que merece a nossa solidariedade e os nossos cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 742 e 743, de autoria da deputada Angela Albino; 744, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 745, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 746, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Pedido de Informação n. 56, de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado, pedindo informações referentes aos municípios catarinenses que foram fiscalizados pelos

auditores fiscais da secretaria de estado da Fazenda no período de 01/01/2014 a 01/08/2014.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu queria fazer um registro e um requerimento verbal de que acabo de saber, deputados Nilson Gonçalves e Sandro Silva, do falecimento do nosso amigo e meu particular amigo irmão Rubens Mello.

Ele foi meu chefe, meu patrão na Rádio Cultura durante muitos anos. Dez atrás, depois de um acidente de automóvel, ele ficou paraplégico. E agora a Paulina, a sua filha, acabou de me passar uma mensagem dizendo que ele acabou de falecer, e faleceu dormindo. Ou seja, descansou em paz.

Então, quero, muito consternado, fazer o registro do falecimento desse meu grande parceiro, irmão, amigo, conselheiro Rubens Mello, que na última vez que estive na sua casa pude ainda conversar um pouco com ele enquanto caminhava ao redor da piscina da sua casa com a cadeira de roda.

Que a família Mello, os dois filhos, o genro, o neto, a esposa possam receber o conforto de Deus nesta hora. E nós, amigos, o que podemos ficar de lembrança dele é do grande e divertido parceiro que, além de ser proprietário da Rádio Cultura e da 91 FM, também tinha várias sociedades, entre elas a loja da Peugeot, em Joinville.

Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Da mesma forma, sr. presidente, quero transmitir e deixar registrado aqui os meus sentimentos à família de Rubens Mello. Ele é uma pessoa que conheço há muito tempo. Ao longo desses 32 anos de profissão como radialista, foi o único patrão que me mandou embora, mas um dos poucos amigos que fiz ao longo da carreira de dirigente. De dirigentes de rádio, foi um dos poucos grandes amigos que eu tive. Mesmo depois disso, nós nos tornamos grandes amigos.

Acompanhamos aquele episódio e ficamos extremamente entristecidos por ver o que aconteceu com Rubens Mello. Para mim foi uma grande surpresa saber agora da sua morte, até porque a impressão que se tinha é que ele, mesmo naquela situação de paraplégico, estava gozando de muita saúde.

Fica aqui também registrado, sr. presidente, o meu sentimento, juntamente com o deputado Kennedy Nunes. E certamente pedimos à Casa, ou até verbalmente, que encaminhe aos familiares os nossos votos de pesar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro, determinamos à assessoria da Mesa Diretora que faça o encaminhamento de votos de condolências pelo falecimento do sr. Rubens Mello.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e estimados catarinenses que acompanham esta sessão, inicialmente, queremos lamentar que no dia de ontem tivemos problemas em diversas cidades catarinenses em função dos temporais que causaram destelhamentos e alagamentos no estado. Uma chuva forte atingiu várias cidades como: Fraiburgo, onde bombeiros atenderam mais de 30 ocorrências; São Joaquim; Chapecó; Xanxerê, onde, segundo o Corpo

de Bombeiros daquele município, seis casas, em quatro bairros da cidade, foram destelhadas devido à chuva e ao vento.

Enfim, uma série de problemas aconteceram ontem e queremos fazer este registro e pedir a ação da Defesa Civil Estadual para que, junto com Defesa Civil desses municípios, possa providenciar os atendimentos e auxílios necessários para que seja minimizado esse prejuízo fruto desses temporais e o excesso de chuva que aconteceu especialmente na tarde e noite de ontem.

Portanto, fica aqui o nosso apelo à Defesa Civil para que possa agir com rapidez e auxiliar também os municípios que foram atingidos.

Há outro assunto que gostaria de registrar. Falou-se em rodovias paralisadas, e quero reforçar isso porque há uma situação que já levantei diversas vezes na tribuna e é quase inacreditável o que está acontecendo.

Na rodovia SC-355, que liga Jaborá a Concórdia, temos uma situação que é quase inacreditável. Eu não sei se o governador está sabendo disso, mas foi falado tantas vezes nesta tribuna, deputado Reno Caramori, dessa rodovia, fizemos documentos, já deram milhares de entrevistas e ela continua paralisada desde o final do ano passado. Uma empresa estava fazendo a revitalização, mas parou e ficaram muitos buracos deixando a rodovia realmente intransitável. Já aconteceram muitos acidentes, muitas vezes falaram em fechá-la e agora os moradores anunciaram para nesta ou na próxima semana haverá uma paralisação para o fechamento daquela rodovia. Inclusive, nem precisa ser fechada porque hoje não se tem mais como transitar por lá devido aos buracos.

Então, mais uma vez, venho a esta tribuna apelar à secretaria de Infraestrutura estadual, ao Deinfra e ao governo do estado para que tomem com urgência uma providência.

Faz mais de quatro meses que eu ouço que a quinta ou sexta colocada do processo licitatório vai assumir. Dias atrás o secretário Regional falou que até o final de agosto haveria uma solução. Nós já adentramos em setembro e até agora

não houve solução. É lamentável aquela rodovia estadual estar daquele jeito.

É por isso, deputado Kennedy Nunes, que há o descrédito. Tem que ser dito a este governo do estado que se precisa resolver isso. E, muito mais do que no fundamentalismo - e alguns querem transformar a eleição num fundamentalismo religioso -, temos que pensar nesses problemas concretos do dia a dia que a população está enfrentando.

Aquela rodovia é um caso grave que precisa de solução com rapidez. E não é somente esse rodovia estadual que liga Jaborá a Concórdia que está nessa situação. Há uma série de outras rodovias, principalmente na região do meio-oeste, que temos percorrido e visto lá as grandes dificuldades.

Também queremos reforçar, mais uma vez, o pedido de agilidade ao DNIT a respeito da recuperação da BR-153 que está em andamento. Em função das grandes chuvas do mês de junho aconteceram enormes desmoronamentos na localidade de Campina da Alegria, na Vargem Bonita. Há uma empresa trabalhando e já foram aterrados 11m daquela cratera que se abriu. Sei que há uma equipe grande trabalhando, mas há um apelo para que o DNIT possa ver junto à empresa que está executando o serviço a possibilidade de dobrar a capacidade de máquinas e gente trabalhando para reabrir a BR-153 naquele trecho. Há um desvio por estrada de chão, inclusive dias atrás passei por ele, e por lá passam muitos caminhões pesados com muita dificuldade.

Então, o nosso apelo é para que o DNIT possa, junto com a empresa que está executando aquela obra, fazer uma ação no sentido de aumentar muito mais a equipe que está lá trabalhando para liberar a BR-153, que é uma rodovia importantíssima.

Queremos fazer esses registros porque percebemos que a nossa infraestrutura estadual precisa de melhorias, as nossas rodovias precisam de agilidade. Há sempre aquele problema: algumas empresas começam a execução da obra e, às vezes, depois a abandonam, como aconteceu com essa obra de Jaborá a Concórdia; outras fazem em ritmo muito

lento; e isso tudo, com certeza, ajuda a fortalecer essa onda de descrédito que há junto à população.

Então, apelamos que essas obras sejam feitas com mais agilidade para que haja realmente uma solução.

No ano passado, no mês de novembro de 2013, fizemos um pedido ao DNIT para fazer a verificação da estrutura da ponte localizada na BR-158, entre os municípios de Palmitos, Santa Catarina e Iraí, no Rio Grande do Sul, que apresentava falhas de segurança. E agora o DNIT anunciou que nos próximos dias deverá ser parcialmente reaberta essa ponte que estava interrompida. Ainda está anunciando esse prazo, que esse é o prazo necessário para o reforço de tubulações e fundações naquela ponte.

Então, deixamos também esse registro de que está em andamento, mas que é preciso realmente agilidade e colocar equipes grandes de trabalho nessa região para que se possa realmente fazer essas obras andarem.

Sabemos que há falta de mão-de-obra, mas temos outro lado positivo, que é o chamado pleno emprego. As empresas também alegam que não há mais muitos funcionários para colocar trabalhando, mas é preciso que as empresas que venceram a licitação façam essas obras com agilidade.

V.Exas. conhecem, com certeza, o trecho de Jaborá a Concórdia e sabem que a situação lá é extremamente lastimável. Na sua região de Fraiburgo, Videira e Treze Tílias, deputado, há obras que tinham que estar num ritmo maior. E com certeza o apelo que fizemos é para que essas obras possam de fato andar com agilidade.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Neodi Saretta, v.exa. tem toda razão. Eu lamento quando um governo acredita nos seus comandados e os comandados não desenvolvem na plenitude as suas atividades.

O secretário do Deinfra é que deve dar as devidas explicações sobre a situação dessas rodovias. Porque se eu tenho uma empresa, sou o diretor presidente dela, acredito nos meus servidores e eles fazem alguma coisa ruim, vai acabar estourando no presidente da empresa. E assim ocorreu e acabou penalizando o nosso governador pelo excesso de confiança que ele teve em atribuir as funções ao seu secretariado que não deu conta do recado. Essa é a grande verdade.

V.Exa. tem toda razão, e o governador está muito preocupado com isso.

Tenho conversado com o governador Raimundo Colombo que está ajustando, agora, com o novo secretário do Deinfra, a prática burocrática para dar prosseguimento àquelas obras.

Nós tínhamos obras sem licitações, sem orçamento, tínhamos obras com ordem de serviço entregue sem o licenciamento ambiental. Então, são coisas elementares que não podem acontecer no governo.

O governador Raimundo Colombo está consciente, está buscando uma solução para isso. Ele está consciente do prejuízo que o estado está dando aos nossos coestaduanos e ao povo que transita. Agora, ter que responsabilizar o secretário.

Quanto à ponte do Iraí e Palmitos, realmente é problemático, inclusive agora com limitação de peso para a travessia daquela ponte. Temos também outro trecho, na 153, onde há dois meses aquela chuvarada levou um trecho muito grande da pista e jogou todo o trânsito para a BR-116, criando uma série de problemas.

V.Exa. tem toda razão no seu comentário.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado, deputado Reno Caramori, pela sua manifestação e sua intervenção. Esperamos então que de fato as providências sejam tomadas para que essas rodovias tenham a sua liberação, para que possa ter esse trabalho feito com agilidade, que é o que esperam os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo horário pertence ao deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Uma saudação a todos os nossos parlamentares, colegas, sr. presidente, a todos que nos acompanham.

Eu também estive passando pela região do alto vale, principalmente por aquele trajeto de Rio do Campo a Taió. Que história aquilo lá, que história!

Aquela rodovia era para estar pronta há um bom tempo, pois foi promessa do governador e do secretário de Infraestrutura. Agora, vimos uma Kombi por lá, de uma empresa, tirando algumas fotos, mas não tinha mais máquina. A comunidade, inclusive a regional, está ameaçando fechar a rodovia nos próximos dias, porque não tem explicação.

Nesta caminhada que rodamos o estado em muitos municípios, comecei a visualizar este desgoverno que está aí. Eu não pude estar em São Carlos na última sexta-feira, onde teve uma audiência pública sobre o tema energia elétrica. E ali também se percebe a falta de seriedade nos investimentos na economia catarinense. É a mesma situação no oeste, com o problema da falta de estrutura energética para o nosso estado se desenvolver e crescer. Há também no planalto norte o problema da morosidade dos investimentos, assim como no alto vale e em outras regiões do sul, que se encontram na mesma situação.

Então, isso não dá mais para levar no discurso. O presidente da Celesc, e estive lá com ele, está novamente criando expectativas para 2015, 2016, 2017 e vai indo. É isso que ele vem fazendo nesses últimos tempos, onde há grandes investimentos.

O deputado Jailson Lima citava aqui os investimentos do Pronaf. Em Santa Catarina, tivemos um investimento que era de 2002 para o Brasil, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que atua nessa área da agricultura. O que vinha do Pronaf

para o Brasil em 2002, nessa última safra, foi aplicado em Santa Catarina.

O nosso estado é pequeno. E aí necessariamente os agricultores estão investindo no Pronaf mais alimentos, onde o estado entra com o recurso do Pronaf, paga o juro, depois, do final da prestação, em oito anos, dez anos. O estado entra com a questão do juro, e a energia não dá conta. Nós precisamos de trifásico no interior. Não tem mais jeito, pois o bifásico não dá mais conta, é uma estrutura de 30 anos atrás.

Então, vamos continuar cobrando esses investimentos, continuar defendendo o desenvolvimento do nosso estado. Fala-se tanto do nosso estado que está muito bem, mas não é verdade! Talvez muita gente não vai ao interior, não vai visitar os pequenos municípios e ver o que está acontecendo lá com as rodovias estaduais e com a energia elétrica.

Ontem eu trouxe a esta tribuna o problema das cisternas com o recolhimento de águas da chuva, para as nossas famílias de baixa renda, que têm um problema seriíssimo. Inclusive hoje está protocolado nos órgãos responsáveis de fiscalização, ou seja, no Tribunal de Contas, Ministério Público Estadual e Federal, pois queremos que isso seja apurado.

É isso que está acontecendo em nosso estado, e não podemos tapar o sol com a peneira. Temos problemas gravíssimos na infraestrutura que com certeza comprometem o desenvolvimento do nosso estado para o futuro, de não construir e gerar infraestrutura suficiente, no tema da energia, no tema das estradas para os nossos pequenos municípios, especialmente para a nossa agricultura familiar.

Então é isso, e estamos trazendo o tema a esta tribuna, no dia de hoje, e cobrando mais uma vez. Vamos continuar fazendo isso enquanto não resolvermos os problemas da energia elétrica no nosso estado. Não é possível que mais uma vez milhares de agricultores precisem fazer investimentos, buscar financiamentos para comprar geradores, porque hoje está faltando energia, com

apagões em comunidades, principalmente em comunidades do interior do nosso estado.

Os agricultores estão perdendo frango, leite, fumo, e nós vamos continuar batendo nessa tecla, enquanto não se resolver esse problema.

Não temos dúvida de que precisamos de mais investimentos, mas o que estamos percebendo é que investem muitos recursos para manter cargos de apadrinhados políticos, de alianças - esperamos que isso não piore ainda mais o nosso estado - e não se investe na vida da população, lá nas estradas, na saúde, onde temos milhares de pessoas nas filas.

Aqui se fala somente na tabela SUS. Mas não é só isso. Existem outros problemas graves. As filas para cirurgias, nos hospitais de Santa Catarina, são muito grandes. E isso dá para resolver com outras políticas e também com a participação do estado.

Vamos continuar aqui na luta, trabalhando, cobrando, em nome da população catarinense que me pediu agora, quando fui para os municípios. Lá o prefeito do Rio do Campo, por exemplo, pediu ajuda.

Não é possível que um município pequeno como Rio do Campo, Santa Terezinha, outros municípios e a população que anda por aquela região continuar vivendo de promessas. E aquela rodovia está mais uma vez abandonada, porque a empresa foi embora. Isso ocorre em Jaborá, ocorre também em Papanduva e em outras regiões do estado.

Então, o nosso estado precisa de resolução imediata e urgente para esses grandes gargalos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera)- Ainda em Explicação Pessoal, com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria inicialmente de parabenizar o povo blumenauense pelos seus 164 anos celebrados ontem, quando participamos de um belíssimo desfile, pelo menos de parte dele.

Blumenau foi fundada em 1850, pelo dr. Blumenau, portanto, completou ontem, 02 de setembro, os seus 164 anos de pujança, por determinação dos pioneiros e também daqueles que hoje, a atual geração, constroem e continuam desenvolvendo a cidade.

Registro também os meus votos de sucesso ao novo presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes, dr. Ildo Rosa, com vasta experiência na Polícia Federal, já com ampla contribuição ao Conselho Estadual e agora assume as rédeas desse importante conselho no estado de Santa Catarina. E quero aqui ratificar os meus votos de sucesso a essa nova gestão do Conselho Estadual de Entorpecentes.

Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, faço questão de citar sua titulação, porque diz respeito à temática que quero abordar neste momento.

Fiquei estarecido diante da informação que nos chega, através da imprensa nacional, de que o Conad, Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, está com uma resolução que repousa sobre a mesa da presidente Dilma Rousseff. Essa resolução será assinada por Vitore Maximiano, presidente do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas neste país. Aliás, parabênizo, deputado Padre Pedro Baldissera, a presidente Dilma Rousseff pelo programa Crack, É Possível Vencer, que hoje oferece 7,5 mil vagas, em todo território nacional, em comunidades terapêuticas. Lembrando que o programa catarinense Reviver já está oferecendo em torno de mil vagas em diferentes regiões do estado de Santa Catarina.

O que diz essa resolução que está nas mãos da presidente Dilma Rousseff para sua decisão e normatização? Esperamos que isso não aconteça. Queremos registrar primeiro a nossa surpresa desagradável, mas também o nosso protesto. Por quê?

Ora, todos nós sabemos, e eu trabalho há pelo menos 25 anos com comunidades terapêuticas, desde que ajudamos a fundar o CTV, Centro Terapêutico Vida, em Blumenau, por onde já passaram mais de

2,5 mil jovens, e as comunidades terapêuticas hoje, deputado Sargento Amauri Soares, em torno de uma centena no estado de Santa Catarina, trabalham basicamente sob quatro pilares: a convivência entre pares, a chamada terapia ocupacional, o resgate de princípios e de valores e o quarto que nunca omitimos, pelo contrário, na imprensa, na mídia, nesta tribuna, nos discursos que fazemos sempre enfatizamos, é o pilar da espiritualidade. E pasmem os senhores, pois essa resolução do Conad, Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, quer impedir o elemento espiritualidade na reabilitação dos dependentes químicos. Aonde vamos chegar sem o resgate desses princípios, desses valores?

Eu gostaria que o sr. Vitore Maximiano pudesse me mostrar números, resultados, de qualquer pessoa que tenha superado a dependência química sem essa perspectiva da espiritualidade. Eu acredito que os números são reduzidos, e para cada número que ele apresentar eu, com certeza, vou apresentar dez mil que conseguiram superar a dependência química se firmando em valores da espiritualidade.

É claro que o discurso que subjaz a essa questão é no sentido de que vivemos num país laico, mas é preciso entender que um país laico é aquele que tem uma posição neutra no campo religioso, não apoiando essa ou aquela orientação específica. Agora, isso não significa que o estado tenha o direito de impedir, ou de limitar, ou de intervir na ação religiosa nas comunidades terapêuticas. Nós não podemos, em hipótese alguma, admitir esse tipo de intervenção. O estado é laico, é verdade, mas as pessoas não o são, deputado Padre Pedro Baldissera, elas têm absoluta liberdade de fazer a sua opção.

E aí quero lançar aqui uma pergunta ao sr. Vitore Maximiano, presidente do Conselho Nacional de Políticas sobre Droga: a quem interessa esse tipo de atitude? A quem interessa esse tipo de normativa? A quem interessa essa postura antiDeus? A quem interessa uma democracia antirreligiosa? Vamos mostrar números!

Nas comunidades terapêuticas, aqueles que acompanham o programa e que de forma espontânea aderem ganhar esse programa, ali participam seis, sete, oito e até nove meses em regime de internato. Dessas comunidades terapêuticas, temos hoje uma oferta de três mil em todo o estado de Santa Catarina. E os números que temos daqueles que permanecem os nove meses ou os seis meses de um programa terapêutico alcança um índice de 65% a 70% de reabilitação, graças exatamente a esses pilares: da convivência entre os pares, da terapia ocupacional, do acompanhamento psicológico, médico, de assistentes sociais, de técnicos, de monitores, do resgate de princípios e valores, mas de forma fundamental a perspectiva da espiritualidade.

Eu me lembro de quando David Wilkerson, um dos pioneiros desse trabalho, há mais de meio século, nos Estados Unidos, trouxe o modelo para o Brasil, depois, surgiram várias comunidades. E é bom lembrar aqui que essas comunidades, 80% ou até mais delas, estão ligadas a instituições religiosas, seja igreja católica, espírita, maçonaria, como temos em Porto União, e as igrejas evangélicas. E, portanto, essas comunidades precisam ter, sim, preservados o seu direito de fazer a sua atuação do ponto de vista religioso, do ponto de vista da espiritualidade.

Por isso, queremos aqui registrar a nossa revolta, a nossa indignação, e vamos fazer o encaminhamento oficial desta Casa, posicionando-nos contrários a essa postura do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, encaminhando, inclusive, à presidente Dilma Rousseff que está agora com essa resolução em mãos para tomar uma decisão, para que não caia nessa armadilha, nessa arapuca, porque não é por aí que vamos conseguir dar resposta à questão da drogadição no país.

No estado de Santa Catarina os números estão em 40 mil usuários de *crack*. Mais de 700 mil dependentes de álcool passaram pelos serviços de saúde mental dos nossos municípios.

Com certeza é aprimorando o trabalho das comunidades terapêuticas, como o programa Reviver

vem fazendo, através da Fapesc, Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Santa Catarina, dando cursos, monitorando os nossos técnicos dando condições, inclusive físicas, estruturais, para que elas possam cumprir a sua missão, é que vamos contribuir certamente por uma Santa Catarina sem drogas.

Obrigado, sr. presidente!

Srs. deputados era essa a manifestação que gostaríamos de registrar esta manhã.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros pares deputados, quem nos acompanha aqui nesta manhã de quarta-feira e também pela TVAL e Rádio Digital.

Eu estive ouvindo parte dos debates na parte manhã, bastante acalorados, que levavam para posições políticas e, inclusive, no campo eleitoral aqui nesta tribunal. E isso me inspirou a falar também a respeito de outro assunto com outro enfoque, com outra entonação, porque não vou fazer aqui a anticampanha contra "a", contra "b", contra "c", contra "d" nem a campanha a favor de um ou de outro, ou de uma ou de outra, até porque acho que as duas posturas não são próprias para esta tribuna.

Quero também fazer uma reflexão sobre o processo eleitoral, as relações políticas e econômicas que se misturam neste país, na minha avaliação, em detrimento da maioria do povo, porque a julgar por quem são os financiadores das campanhas, e diria especialmente daquelas campanhas com mais possibilidade de vitória, independente de quem ganha, o programa será bastante parecido do ponto de vista macroeconômico.

Também nem vou citar e duvido que a grande imprensa publique no mês de novembro quem foi que

doou e para quem nessa campanha eleitoral. Está-se publicando agora na primeira parcial, quando as coisas ainda não apareceram, mas vão aparecer os bancos, as empreiteiras, o agronegócio. Isso é o que vai aparecer, fora aquilo que fica à margem da lei.

Eu não acredito que possa ter neste país ou em qualquer parte do mundo um empreendimento capitalista, eu não sou da área, mas me permito entender um pouquinho de economia, que tenha uma margem de lucro capaz de permitir o financiamento de milhões de reais para campanhas eleitorais. Aliás, um dos problemas do capitalismo é que justamente a margem de lucro vai diminuindo cada vez mais, tem que se fazer um empreendimento cada vez maior para se ter um rendimento do mesmo tamanho, proporcionalmente. E isso faz com que os pequenos percam a possibilidade de competir e só fiquem os monopólios.

Mas quero frisar isso, ou seja, que quero conhecer qual é o empreendimento capitalista, que neste país ou em qualquer parte da terra, que produz uma mercadoria, que produz um bem de consumo real e efetivo, que possa ter uma margem de lucro que permita doar milhões para campanhas eleitorais. O que quero dizer com isso é que não saem da produção material, ou seja, tem alguma coisa nesse processo.

As empreiteiras, os banqueiros e o agronegócio estão e vão financiar a maioria das campanhas eleitorais, ou pelo menos é isso que vai aparecer lá no papel. De onde vem o dinheiro é um mistério que parece que a inteligência das nossas instituições não consegue alcançar. E aí a soberania popular, aquela que está lá na Constituição, que é a vontade maior, a determinação maior, a ordem superior, a vontade do povo, a soberania popular, fica aviltada, rebaixada ao festival de propaganda garantida por recursos de origem sei lá qual. Mas, repito, duvido que seja da produção real.

Qual é a taxa de lucro que permite doar milhões para campanha eleitoral neste país ou em qualquer lugar do mundo? Portanto, esses mesmos

setores da economia vão continuar mandando na macroeconomia nos próximos anos, se uma ou um dos pretensos favoritos ganharem a eleição.

A reforma política só vai acontecer se nascer das bases da sociedade.

Quero aqui aplaudir os militantes sociais que estão realizando plebiscito popular pela Constituinte soberana, para tratar da reforma política, porque só se sair das bases e só se for desvinculada daquele Congresso Nacional que está lá para ter autonomia, para efetivamente fazer uma reforma política que interesse à maioria da nossa população, porque o Congresso Nacional majoritariamente, financiado pelas empreiteiras, pelos banqueiros e pelo agronegócio, não quer uma reforma política que mude isso, porque esses setores da economia querem continuar mandando nos deputados e também nos governos. Apoiamos e queremos parabenizar toda a militância que está organizando o plebiscito popular pela Constituinte exclusiva da reforma política.

É preciso também, sim, uma reforma tributária neste país, que todos falam e ninguém faz. Aliás, faz em fatias, para beneficiar justamente os monopólios.

Quem paga imposto neste país é a classe trabalhadora, os consumidores e os pequenos e médios empresários. Os monopólios cada vez pagam menos ou não pagam. Essa é a realidade. O que precisamos é de uma reforma política que tribute as grandes fortunas, que tribute pesadamente a reserva de lucro para o exterior e que isente os agricultores, os pequenos empresários, o dono da padaria lá do bairro, porque a indústria automobilística não precisa mais pagar a sua cota parte, a sua contrapartida, inclusive, da contribuição previdenciária de 11%. Mas a padaria do meu bairro, o mercadinho do meu bairro, têm que pagar. Tem cinco, seis ou dez funcionários, mas tem que pagar os 11% da contribuição previdenciária. A indústria automobilística e os outros monopólios não pagam. Então, a reforma tributária que tem que ser feita em fatias é uma contrarreforma para ajudar os já poderosos, em

detrimento dos trabalhadores, dos consumidores e dos pequenos empreendimentos.

A política de transporte neste país só vem para provar que nas últimas cinco décadas todos os governos foram submissos aos interesses da indústria automobilística. Carregar uma carga de produto primário, quatro mil quilômetros sobre um caminhão, a carga nem vale tanto quanto a viagem, em termos econômicos, nem em termos sociais e muito menos em termos ambientais.

Quanto a reconstruir a margem ferroviária, eu espero ainda ver alguma coisa efetiva e prática nesse sentido, enquanto eu estiver com vida, porque apenas se fala, mas efetivamente as coisas ficam nas palavras.

Também é preciso transporte coletivo gratuito, porque é a única forma de desafogar e descongestionar as grandes cidades que paralisam a vida, que engessam a produção e que provocam prejuízo para o conjunto da sociedade e não apenas para um setor.

Esse é o debate que precisa ser feito nessa eleição. Esse e outros debates é que seriam necessários nesse processo eleitoral, mas não está sendo feito, porque quem financia as principais campanhas dos grandes partidos e, infelizmente, da maioria dos pequenos são justamente aqueles que querem deixar tudo como está. E, repito, as empreiteiras, os banqueiros e o agronegócio querem que continuem tudo assim do jeito que está. E estão financiando a maioria dos que serão eleitos. E aí a gente de fato e efetivamente percebe entristecido que a soberania popular fica diminuída. E nessa campanha o que nós temos que fazer, além de pedir o apoio e o voto, é convidar as pessoas, os trabalhadores e, especialmente, a juventude a vir participar da política, para que a gente consiga resgatar a boa forma de fazer política, o que está se perdendo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Inscrito o deputado Sílvio Dreveck, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, quero falar sobre um assunto que tem sido questionado, quero crer não só para mim, mas também para outros colegas deputados, a respeito da nosso controle de velocidade nas rodovias estaduais, federais e municipais.

Eu fiz um projeto nesta Casa para padronizar, porque isso é uma verdadeira arapuca. Estão falando aqui da falta de padronização do controle de velocidade nas rodovias, uma hora o limite é 40km/h, outra hora é 60km/h, depois 80km/h.

Na BR-280, no trevo de Três Barras, antes de entrar na rotatória, o limite é 40km/h. Logo depois de uns 30m, o limite já é 50km/h. Isso acontece em várias rodovias. Não tem como não pagar multa, porque não existe padronização.

Então, dei entrada a um projeto nesta Casa para resolver essa questão, mas considerado inconstitucional, porque quem controla isso é o Denatran, o governo federal. Infelizmente, precisamos, através dos deputados federais, fazer alguma coisa quanto a isso. A maioria da população utiliza as estradas e isso é um instrumento de arrecadar receita. E não estou falando deste governo, pois isso já vem de muito tempo.

Na BR-101, no trecho norte a velocidade limite é 100km/h e no trecho sul a velocidade limite é 110km/h. Podem dizer que o trecho norte é mais perigoso, mas não é o que me consta. Tem a questão da tolerância de 10% para não pagar multa. Num trecho com velocidade limite de 100km/h, se trafegar a 109km/h já está pagando a multa.

Então, quero debater esse assunto no sentido de que algum candidato possa assumir esse compromisso. O deputado Sargento Amauri Soares já apresentou projeto também e defende essa questão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado.

Curiosamente a câmara municipal de Blumenau e de outras cidades já estabeleceram o padrão de

50km/h com relação ao estado. Então, precisamos julgar nesse pacto federativo, bem como muitas outras questões de distribuição de poderes também além da divisão dos recursos do imposto arrecadado.

Quero parabenizar v.exa. por trazer esse assunto. É preciso fiscalizar com responsabilidade e não criar ou fomentar a indústria da multa. Ando por todas as rodovias federais em Santa Catarina e vejo absurdos como na BR-280, que v.exa. citou, pois se tornou uma estrada de trânsito local da região e onde passa muitas riquezas indústrias e agrárias para o porto. Então, analisar a situação ali é difícil.

Tenho família no Alto Vale e posso citar ali duas lombadas eletrônicas. Uma delas tem salvado vidas, porque ali era muito comum ocorrer acidentes com caminhão na descida da serra. Depois que foi colocado o limite de 60km/h melhorou. Mas, em outros lugares, esse mesmo equipamento provoca equipamentos, porque, com o efeito sanfona perto de uma curva, isso evita que quem está ultrapassando possa voltar para a sua pista. Então, prende todo mundo ali e acaba ocorrendo acidente.

Assim, quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento. É preciso que discutamos melhor isso e que as autoridades de trânsito dêem mais atenção aos pronunciamentos dos parlamentares, porque estão circulando pelo estado e estão ouvindo da sociedade quais são os problemas.

Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento de conteúdo, até porque conhece com profundidade essa questão. É bem verdade que o controle tem que existir porque há pontos críticos e se não houve o limite de velocidade acidentes podem ocorrer. Mas precisamos continuar na defesa para padronizar isso e não virar uma indústria da multa, como disse.

Cito o exemplo do centro de Curitiba ao aeroporto em São José dos Pinhais, em cuja velocidade permitida é 60km/h do início ao fim.

Então o motorista sabe que se ultrapassar pagará multa. Mas se há pouca distância mudar o limite, acaba mentalizando aquilo e de repente muda de novo. Fica confuso e o motorista acaba levando multa. Vira a indústria da multa para fazer receita. Esse assunto merece debate tanto na esfera estadual, quanto federal. Essa é uma reivindicação da população e espero que possamos construir, juntos, esse grande desafio que temos pela frente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra aos srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queria se pronunciar, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, às 14h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.